

Não sei se há hipótese de fazer aqui uma projecção muito simples de uma folha que trago, está aí alguém que possa ajudar nestes processos técnicos? Isto é um bocadinho improvisado, peço desculpa, não sei se conseguirei fazer projectar essa folha. O melhor é ler, peço imensa desculpa. A folha, de facto, não serve. Deveria ser acetatos e eu também com a falta de sono e com a noite mal dormida com a viagem longa de Coimbra até Lisboa, alguma coisa tinha que falhar.

De todo o modo o que eu gostava para começar e esta minha intervenção, bom são intervenções temáticas se calhar diferentes, aparentemente diferentes, no fundo, no fundo talvez não tão diferentes na medida em que este grande tema da questão da democracia e dos caminhos para o seu aprofundamento e para a sua correcção nos vícios, nos defeitos que lhes encontramos e que ultimamente tão acentuados têm sido podem de facto esta reflexão crítica, pode de facto juntar-se nesse enormíssimo balanço.

Eu vou falar talvez de um assunto um pouco mais académico, não tão voltado para a acção cívica e para a responsabilização cívica, mas penso que tem muito a ver com um factor determinante para que a democracia tenha saúde, se instale e se aprofunde, que é exactamente a questão da memória, da memória histórica, do que temos de saber de nós próprios para efectivamente podermos avançar um pouco mais de acordo com aquilo que há pouco eu já tinha dito e sobretudo para transmitir às novas gerações que é a nossa maior preocupação no caso dos investigadores, dos historiadores que é nesse papel que agora me tento colocar, transmitir a essas novas gerações que de facto Portugal é um país muito antigo, tem muita história para trás e que não começámos de facto com o 25 de Abril e com a adesão à CEE. A Europa sendo um desígnio não é efectivamente, não pode ser o único desígnio, nem sequer estávamos à espera deste bónus ara existir plenamente como país, e esse passado sem recuar muito, no meu caso profissional, esse passado que interessa resgatar, conhecer, debater, divulgar e portanto trazer ao presente todas as suas implicações é exactamente o 25 de Abril como acontecimento central da nossa contemporaneidade.

As frases que eu gostava de vos expor ali e que enfim não é possível são três frases muito bonitas, de autores muito diferentes, mas que me servem muito de mote para a reflexão que aqui vou trazer. A primeira é do Gabriel García Marquez e diz o seguinte a propósito da sua autobiografia recente publicada há dois anos, diz ele a uma certa altura «A vida não é a que uma pessoa viveu, mas sim a que ela recorda e como a recorda para contá-la», o livro chamava-se exactamente «Vivir para contá-la».

A segunda frase curtíssima, mas penso muito incisiva e para mim muito útil diz: «Se fosse objecto era objectivo, como sou sujeito sou subjectivo», assina Alçada Baptista e a terceira frase é de uma autora que escreveu um livro muito curioso para estas questões da memória e da maneira como lidamos com ela, dos perigos, das vantagens e desvantagens, da força e da debilidade da memória e de quem com ela trabalha, que diz o seguinte: «Os humanos são acima de tudo romancistas, autores de um único romance cuja escrita demora toda a sua existência», Rosa Montero e é na «Louca da Casa», que é um livro muito curioso para quem trabalha, não só historiadores, mas enfim leitores em geral interessados por estas questões.

Isto tudo vinha a propósito do tema central da minha intervenção que é sobre a questão da história oral, que é um ramo da investigação histórica que eu tenho desenvolvido ao longo de alguns anos, desde 1990, incluído num projecto que se chama exactamente «Projecto História Oral», do Centro de Documentação 25 de Abril e que tem como objectivo recolher testemunhos e preservá-los, testemunhos dos principais intervenientes na Revolução de 25 de Abril de 1974, militares, civis, mais conhecidos, menos conhecidos, mas sempre com uma condição que é a condição básica deste método de investigação histórica, testemunhos de pessoas que tenham vivenciado directamente esta experiência, portanto é a transmissão de um testemunho em primeira mão, em directo e nunca por fases ou por operações intermediárias, esta é uma das regras básicas para a história oral, há outras, mas esta de facto é a essencial.

Escusado será dizer que isto de fazer história oral não é muito fácil até porque não é um processo de investigação histórico, um método de investigação histórica – já explicarei porque é que insisto na questão da investigação histórica – não é muito fácil, mas tem também enormes compensações. Não é fácil porque no nosso país e no mundo em geral, mas particularmente no nosso país há ainda muitas reservas quanto à utilização deste método. Reservas quer políticas, certos condicionamentos políticos que por vezes obstaculizam o desenvolvimento pleno deste método, mas também constrangimentos muito grandes de ordem académica.

Há ainda entre os académicos, os historiadores, os investigadores de uma maneira geral em Portugal, uma desconfiança posso dizê-lo, nalguns casos vai mesmo ao ponto de não aceitar este método por demasiado subjectivo, demasiado lacunoso, demasiado sujeito à opinião, à visão pessoal, enfim, o tal grau de subjectividade muito grande em contraste com a pretensa objectividade que os historiadores puros e duros. Falemos assim da velha historiografia, ainda perseguem sabe-se lá a que custo e sabe-se lá com que decepções futuras porque de facto estamos em crer e penso que cada vez felizmente mais esta ideia é mais consensual do que a objectividade, a verdade é qualquer coisa de inatingível, muito mais no domínio das ciências humanas de que a história faz parte como se imagina. E esse é um dos encantos grandes que a história tem é de facto trabalhar com a vida humana, trabalhar com homens, com pessoas que tanto do lado de lá como do lado de cá, tanto do lado de quem a viveu como do lado de quem a estuda têm que estabelecer, se vivos no caso da história oral directamente, se mortos no caso de outros processos indirectamente, mas têm para se fazer história, para se investigar e para se produzir conhecimento da história. Tem obviamente que haver qualquer laço de humanidade, tem que se humanizar a história, de outra forma é óbvio que ficará um repositório cronológico mais ou menos rigoroso, mais ou menos pormenorizado de um conjunto de factos, de acontecimentos vazios onde de facto não está, não se sente a presença fundamental que é a presença exactamente do homem, do agente, do sujeito, da acção.

Estas são as dificuldades, as tais dificuldades da grande subjectividade, mas também, como disse, um grande atractivo da história oral para já esse contacto subjectivo, próximo, directo com quem fez a história e por outro lado também, outra compensação que é exactamente o sentimento de totalidade, o sentimento de vida que nós encontramos quando produzimos um documento de história oral, onde a pessoa se retrata, se revela e onde nada é posto de

parte, porque tudo pode interessar e tudo interessa à história e de facto o outro documento mais asséptico, mais frio e mais lacunoso também de pormenores humanos.

Eu no projecto da História Oral em que estou inserida gostaria de sobre ele falar. Enfim, teria imensa coisa para dizer, mas para quem ainda não esteja totalmente convencido da importância da história oral e eu costumo usar estes exemplos sobretudo em auditórios académicos, mais institucionais, escolares, enfim há sempre aqueles preconceitos metodológicos, mas então a metodologia é certa, a metodologia é rigorosa, mas como é que é, eu costumo dar alguns exemplos às vezes tirados da minha própria experiência de investigadora neste domínio, outras vezes da minha reflexão e de trabalhos de colegas que conheço.

Mas de todos os exemplos que eu costumo apresentar para dizer vejam a importância da história oral e como ela pode mudar a perspectiva que possamos fazer determinados acontecimentos, eu costumo apresentar o exemplo da história da PIDE, da PIDE DGS, da instituição da polícia política, do que se pode fazer ou não e com que elementos sobre a história desta instituição e normalmente recorro ao exemplo de uma importante exposição que foi feita sobre a PIDE na Torre do Tombo há uns anos – não posso citar exactamente, mas penso que na década de 80 – sobre a responsabilidade do professor José Matoso, na Torre do Tombo, onde ele era director, fez uma completa exposição sobre a PIDE e não faltava lá nada ou seja tudo o que era documento escrito não faltava, pois ele era o organigrama completo da instituição, da organização com o seu director, com os seus inspectores, com os seus agentes e informadores, tudo naquela hierarquia rígida como enfim a instituição funcionava. Pois eram textos, papéis, documentos onde se testemunhava os mandatos de captura, os autos de apreensão de materiais considerados subversivos, discos, livros, etc. Relatórios, processos de acusação, tudo isso lá estava e até correspondência pessoal, como sabem era frequentíssimas vezes apreendida pela polícia política, que aliás levantou, proporcionou aquela polémica sobre se era ou não lícito, legítimo, justo que esta correspondência pessoal fizesse parte de arquivos públicos.

Lembram-se perfeitamente que houve até um debate entre o doutor Mário Soares e o António Barreto, salvo erro, que um dizia sim senhora devia lá estar as suas próprias cartas, as cartas que lhe tinham sido apreendidas, cartas para a mulher e para os filhos, Mário Soares. Do outro lado António Barreto dizia não têm direito de pegar naquilo que é meu, já me espoliaram de uma parte muito importante da minha própria personalidade não consinto que continuem, portanto retirem as cartas, dêem-mas agora tarde e a más horas, mais vale tarde que nunca. Este era o grande debate sobre a questão do privado, público que é marginal agora à nossa questão. Mas para além disto, a sensação que se tinha quando se entrava naquela exposição rigorosa, muito bem organizada é que ali não estava a PIDE. A PIDE, os que nós conhecíamos, os que ainda conhecem, porque felizmente gerações e gerações que não sabem, não conheceram e ainda bem, mas é importante para a memória, é importante para que se faça a história do país e aquelas novas gerações e que eram preferencialmente jovens que a visitavam até por uma perspectiva didáctica, visitavam aquela exposição em visitas organizadas e eu perguntava estes jovens ficarão a partir de agora a conhecer bem ou no essencial o que era esta instituição?

Não, certamente que não. Porque faltava lá muita coisa que não estava nos documentos e nem havia documentos a testemunhar nada disto, faltava lá o quê? Faltava lá sangue, vida, faltavam lá sentimentos, faltavam lá a vivência das pessoas que por aqueles papéis e que tinham inclusivamente os nomes daquelas pessoas que davam, que tinham justificado aqueles papéis. E o que é que faltavam? Faltava toda uma actuação que era absolutamente fora da lei e que a polícia não podia, evidentemente sobre pena de se estar de facto a contradizer, não podia enquadrar legitimamente, pois eles são os espancamentos, as torturas, as chantagens que são as pequeninas torturas, mas tão fortes e destruidoras como as outras, as pequeninas que isso nesse aspecto em Portugal – não vou entrar nessa polémica da nossa questão da maneira de ser, de fazermos as coisas como os outros, mas sempre um bocadinho mais *soft* e nem por isso com resultados igualmente prejudiciais – mas, portanto essa maneira mesquinha de actuação, a tal chantagem, a tal maneira de pôr tudo em questão, inclusivamente a própria dignidade humana e que não é por um ataque frontal à pessoa, não é por um insulto directo, é pelas insinuações, pelos pequenos recados, pelas pequenas artimanha, de que tantos e tantos foram vítimas nesta sórdida engrenagem.

É no fundo mais do que a actuação directa de impacto muito violento, da morte, do assassinato é exactamente aquela forma que no dizer do poeta tornava, sabia tornar as almas mais pequenas, Sophia de Melo Brayner falava disso. E portanto, se não vamos recorrer aos testemunhos directos que ainda os há de pessoas que sofreram de facto directamente esse tipo de actuação, nós ficamos a perceber muito pouco desta máquina, desta engrenagem e da maneira de funcionar e da maneira como muitas vezes se levava à derrota, se vencia o adversário, porque nunca se vencia o adversário por meios leais e por meios dignos, era sempre por este tipo de actuação.

Nesse aspecto há testemunhos enfim brilhantes, magníficos no nosso interesse de historiadores e não posso deixar de recordar, por exemplo, um testemunho que eu recolhi e que se não tivesse recolhido para a história oral não existia, que é por exemplo o testemunho de uma presa política Maria Eugénia Varela Gomes que num recente livro de entrevistas comigo, que se chama *Contra ventos e marés*, conta da maneira mais directa, mais verdadeira e em qualquer preocupação de se autojustificar, de se endeusar, de se tornar heroína, era assim, era o normal foi assim que aconteceu, como é que teve de enfrentar de facto não a luta directa e frontal de debate de ideias como evidentemente é o normal em democracia, mas esta situação enviesada, perversa de se estar sujeita a todo o tipo de comportamentos, que ela muitas vezes nem conseguia perceber o alcance, no fundo era uma espécie de maquinação muito nos bastidores de que ela estava a ser vítima sem muitas vezes perceber o quê.

Também há testemunhos mais curiosos de que eu gostava só de dar um apontamento, menos trágicos, menos dramáticos, menos pesados, muito leves também, mais leves, mas que são igualmente importantes para a questão da história e que sem história oral, sem registo segundo os trâmites e as indicações técnicas que temos de fazer na história oral e aos quais vos poupo aqui, porque evidentemente não é tempo para isso, mas sobre esta questão da história oral, por exemplo há aquela intervenção famosíssima, que as pessoas, já começou a ser divulgada pelos jornais, mas está gravada é verídica, aconteceu, eu tenho testemunho disso, é quando sobre a questão do

Movimento dos Capitães, da preparação do golpe do 25 de Abril é para já e isto numa questão mais abrangente, o clima que se viveu, os comportamentos adoptados, as estratégias, as soluções que os capitães revoltosos encontraram para a sua movimentação. Sem história oral isso não acontece, apenas com o registo que os historiadores querem, os historiadores da velha guarda não falo da nova história, que de facto integra perfeitamente este tipo de testemunhos como testemunhos muito válidos, mas os velhos historiadores agarrados ao documento escrito, porque só o que é escrito é verdadeiro e é objectivo, evidentemente poderiam sobre esta fase conspirativa, que é uma fase pouco conhecida, por alguma razão ela era conspirativa, obviamente o que é que terão? Terão documentos que os próprios capitães foram produzindo, as circulares que entretanto foram circulando entre eles, terão evidentemente o documento básico, o documento fundamental da autoria do seu ideólogo, da sua *tête politique*, se quisermos, Melo Antunes que faz o primeiro documento o “Movimento, as Forças Armadas e a Nação”, que é um movimento discutido na assembleia dos militares para projecto de programa político.

Tudo isto terão sem dúvida, mas não têm de facto o clima do tempo, os sentimentos dominantes, as formas de actuar, de rodear a questão, de ultrapassar obstáculos num contexto muito difícil como é evidente que todos conhecerão. E esse sentimento dominante eu chamei-lhe muito prosaicamente noutra ocasião, o jogo do gato e do rato. O Vasco Lourenço saberá certamente do que é que eu estou a falar, o jogo do gato e do rato, ou seja, como é que os capitães revoltosos se conseguem organizar de uma forma muito inteligente, muito arrojada, muito criativa, que é de a sua organização, as suas reuniões não serem nem totalmente conhecidas nem totalmente desconhecidas, ou seja havia aqui uma margem de indefinição, de ambiguidade entre o que era permitido e o que era proibido totalmente em que eles nessa fresta, nessa margem, nessa brecha eles puderem actuar. De tal maneira que conseguem levar a cabo um movimento que quando se dá conta em termos já de controlo do poder é já completamente irreversível.

Mas sobre isso e garanto que é para acabar numa nota de boa disposição – tinha imensas coisas para dizer, pode ser que no debate se consiga – eu gostava só de referenciar aquela frase muito célebre do Salgueiro Maia quando traduzindo um pouco este clima também de uma improvisação, de uma certa aventura e de um gosto enorme naquilo que estavam a fazer, porque de facto os heróis às vezes também são heróis bem dispostos, não têm aquela carga e o peso da história, que chatice vamos ter que fazer esta missão histórica, a pátria nos agradecerá, nada disso, estes heróis até pela força da idade muito bem disposto e com o sentido também da ironia e também do gozo que lhe dava, por camaradagem, por amizade, por colaboração e também por estarem a chatear quem estavam evidente era também esse o gozo supremo.

E para concluir, mas quando Salgueiro Maia levanta os seus homens em Santarém para constituir a coluna que vai ser a força mais poderosa contra o Governo de Marcelo Caetano, ele conta na história oral que não sabia como é que havia de dizer aos seus homens, porque evidentemente os soldados, cabos, etc., que vinham para esta coluna não sabiam para o que é que vinham, não se diz é da norma. E portanto havia que haver um entendimento, assim uma comunicação directa que lhe desse a entender o que é que queria deles e quando os levanta ao meio da noite, eles a pensar que iam para uma simples

operações, daqueles exercícios normais, ele quando os tem à frente conta-me na história oral ficou registado, «eu não sabia bem como é que me havia de dirigir para eles e então a maneira que entendi foi a seguinte, bem meus amigos como vocês sabem há várias formas do Estado se organizar, há o estado fascista, há o Estado liberal, há o Estado socialista e há o estado a que tudo isto chegou, e é para acabar com o estado a que tudo isto chegou que eu vos pergunto, querem ir comigo até Lisboa?», e a partir daqui foi o que todos nós sabemos, não vou poder dizer metade, nem uma quinta parte do que gostava de dizer, mas ficarei para depois para o debate se caso vir interesse nisso. Muito obrigada.